

A11987

Política

ENTREVISTA / José Carlos da Fonseca Júnior

É uma incógnita o largo sorriso que o secretário da Fazenda, José Carlos da Fonseca Júnior, dá como resposta ao ser questionado se irá ou não disputar a Prefeitura de Vitória no próximo ano. O máximo que se arrisca é dizer que "será um eleitor qualificado". Faz questão de ressaltar, no entanto, que tem "responsabilidades" para com a cidade onde nasceu e que lhe deu 10 mil, dos 64 mil que o elegeram deputado federal.

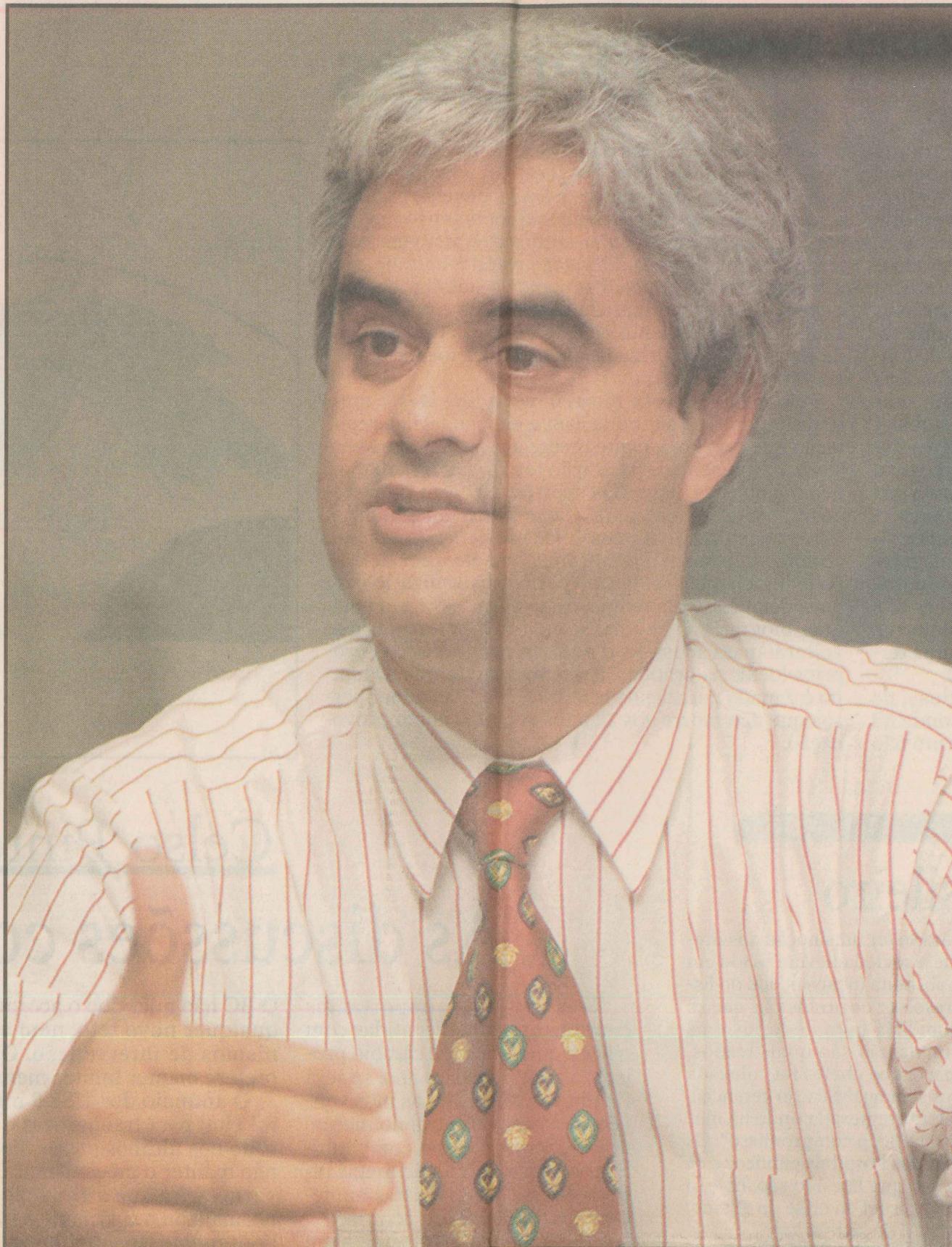
Certeza mesmo só na aposta que faz na reforma e na capitalização do fundo de previdência dos servidores, onde garante estar jogando todas "as fichas". Alternativa, afirma ele, que permitirá a retirada de 34% de inativos da folha do Executivo e poderá evitar medida mais drástica: as demissões. Ele não descarta, no entanto, a adoção desse recurso em algumas áreas, onde existe um processo de racionalização dos setores, já que a partir do mês que vem o Estado poderá contar com ajuda financeira do Governo federal para as despesas.

Nessa entrevista, concedida na última quinta-feira, Fonseca Júnior revela que as medidas adotadas, até o momento, pelo Governo foram "necessárias, mas não suficientes" para tirar o Estado da crise financeira. O resultado virá, garante, somente a longo prazo.

A GAZETA - Diversas medidas foram adotadas pelo Governo estadual desde o início do ano, como o contingenciamento dos salários e o corte de benefícios dos servidores, entre outras, visando o ajuste das finanças e da máquina pública. Elas foram suficientes para tirar o Estado da crise ou ainda serão necessários novos ajustes?

JOSÉ CARLOS DA FONSECA JÚNIOR - Em nenhum momento, desde o início do Governo, ninguém me ouviu dizer que já estava tudo resolvido. Eu sei que o somatório dessas várias medidas vai surtir um efeito razoável ao longo do tempo. Por enquanto, elas têm um efeito de sinalização, que é educativo, mostra a decisão, a vontade política de avançar rumo a uma solução, mas não é suficiente. São medidas necessárias mas não suficientes.

O contingenciamento de 20% dos salários foi emergencial. Quando assumimos o Governo, além dos salários em atraso e dos compromissos pendentes, tínhamos que começar o ano e estávamos iniciando em uma fase especialmente desvantajosa, em função da crise cambial, da crise econômica. O contingenciamento, para mim,



Claudney Pessoa

Saída

Zé Carlinhos, como é mais conhecido, revela que nas próximas semanas terá uma solução para o fundo de previdência estadual: 'Finalmente estamos vendo uma luz no fim do túnel'

rio de certas funções-chaves. Como um Estado, que quer se modernizar, se atualizar, que deseja dar o grande salto, pode ter um subsecretário ganhando R\$ 1,1 mil brutos? Não é razoável. Como você pode atrair uma pessoa minimamente qualificada para essa função? Eu sou o xerife dos gastos, mas não sou um xerife obtuso. Sei que há questões que precisam ser adequadas à realidade que a gente vive.

Voltando às demissões, o Governo vai lançar mão delas?

Todas as medidas têm por meta reequilibrar as contas do Estado, dando a ele a dimensão que precisa ter nesse tempo louco em que vivemos. Tem uma série de medidas que estão sendo aprovadas e consideradas pelo Governo, cujo impacto financeiro é gradual, se dará ao longo do tempo, mas que são perseguidas com o objetivo de evitar uma alternativa mais dramática, que é a demissão. Agora, há situações em que o enxugamento de determinados setores da máquina pública vai justificar as demissões, já praticamente até condensadas pelos possíveis demitidos com seus empregadores.

Na Agricultura, por exemplo, há um processo de racionalização da sua estrutura, que vai gerar um excedente da mão-de-obra - que terá que ser de alguma maneira tratada. De todo modo, ainda não se tratou ou conversou sobre demissões, entre outras razões porque o Estado nem tinha recursos para as indenizações.

A partir do mês que vem, o Governo federal estará colocando à disposição dos Estados, com base numa fórmula engendrada em Brasília, recursos que poderão ser eventualmente utilizados para demissão. Tenho sempre presente, no entanto, que ninguém contingencia salários, promove reduções, faz demissões por gosto. É difícil, doloroso, desconfortável. Então, todo esforço é feito para que esse recurso seja adotado somente em último caso. Eu estou apostando todas as minhas fichas na Reforma da Previdência. Pensa bem, podemos retirar 34%, ainda que gradualmente, da folha e desonerar o Estado.

Alguns segmentos andam inconformados por ainda não ter havido troca de cargos na Fazenda, alegando que permanece a mesma equipe do Governo anterior. Não haverá mudanças?

Quando o governador me convidou, teve a confiança de me dizer que eu chegava aqui com carta branca. A Fazenda é uma área muito delicada, técnica, para ser envolvida no jogo das indicações políticas, que é normal e faz parte da tradição,

nômica. O contingenciamento, para mim, é uma medida paliativa, não tem mérito estrutural nenhum, tanto que é um bumerangue, vai e volta. Cinco meses de salário contingenciado equivalem a uma folha atrasada, eu tenho consciência disso.

O que tem de fato e importante para acontecer, e não é do dia para a noite, são duas medidas estruturais. Uma delas é a demissão, mas ela tem seus limites. Você não demite numa canetada 30 mil pessoas. Não é assim que se faz e nenhum Estado o fez. Tem que ter critérios. Se estamos tentando mostrar à sociedade que é importante ter um estado eficiente, ele não pode ser esvaziado porque deixa de cumprir o papel que a sociedade espera que possa voltar a cumprir.

E qual é a outra medida?

Acho que a grande medida estrutural, e esta sim, é possível fazer e estamos fazendo um esforço brutal – e posso dizer que, junto com a Ford, é o assunto que mais tem consumido meu tempo, do governador José Ignácio Ferreira e de outros secretários, é perna da reforma estrutural na administração pública –, tem a ver com a reforma da Previdência dos servidores.

Eu tenho estudando o assunto, junto com o governador, sobre o prisma de encontrar a melhor maneira de implementar e capitalizar o nosso fundo de pensão. Temos conversado com instituições, bancos, universidades, institutos de pesquisa, e até Estados que estão enfrentando o mesmo problema – que é como retirar o peso dos

inativos da folha. Hoje, os inativos representam 34% da folha do Executivo, e 22% da folha geral, incluindo o Legislativo e o Judiciário.

Nós temos consciência de que é a única coisa definitiva, estrutural para o futuro, que podemos efetivamente buscar concretizar. É um tema novo para todos e não há ninguém que saiba de antemão como solucioná-lo. Já estudamos o que foi feito em vários países. No Brasil é uma obra que está sendo feita aos poucos. O

grande 'pulo do gato' é a operacionalização, que é descobrir como se promove a migração dos inativos para o fundo. Se não resolvermos este problema, os outros são irrelevantes.

O que é preciso para viabilizar a capitalização do fundo de previdência?

As discussões sempre esbarravam em um ponto: o expressivo volume de recursos que seria necessário ter para transferir os inativos para o fundo. Hoje, quando chamo alguma empresa, das várias com

Contingenciamento não resolve caixa

Ele fala com uma sinceridade cortante quando questionado sobre as medidas adotadas pelo Governo do Estado para conter o déficit no caixa e que atingiram o funcionalismo: 'O contingenciamento, para mim, é uma medida paliativa, não tem mérito estrutural nenhum. Cinco meses de salário retido equivalem a uma folha atrasada', admite Fonseca Júnior. A retenção, explica, é puramente emergencial

Vilmara Fernandes

quem temos conversado, e a ouço dizer que é complicado fazer a migração porque seriam necessário recursos da ordem de R\$ 1,5 bilhão, agradeço a presença e digo que voltamos a conversar dentro de 85 anos. Esse é o tipo de conversa que não leva a nada porque o Estado não dispõe desses recursos.

Depois de conversar com muitos, chegamos à conclusão de que se não temos R\$ 1,5 bilhão, temos que fazer o inverso. A pergunta é: com quanto posso começar para iniciar o processo? Com nossos parceiros estamos concluindo que é factível se ter um mínimo para se começar a compor uma reserva técnica de recursos e desenhar um formato de benefício previdenciário, e de saúde, que possa crescentemente atrair essa migração. É o próprio sistema que vai

gerar seus recursos. Os 40 novos delegados recém-contratados pelo Governo, por exemplo, já têm que ter um menu de opção. É dizer: se aderir ao fundo, e não ao Estado, você vai ter esses benefícios. Faz o mesmo com um desembargador, apresentando as vantagens. E isso proposto por uma empresa privada. Não é o Estado que vai dar essas vantagens. Finalmente estamos vendo uma luz no fim do túnel de que é possível dar início à reforma da Previdência. Acre-

dito que nas próximas semanas já teremos uma decisão sobre o assunto.

E como fica a proposta de aumento das alíquotas de contribuição para o fundo, projeto que está sendo analisado na Assembléia Legislativa por uma comissão paritária, composta pelos Três Poderes?

Até mesmo esses estudos, sobre a necessidade de aumentar a contribuição direta dos que estão em atividade, e dos que já são inativos, tem que ser feito de maneira terceirizada. É um assunto técnico demais para ser feito por um Governo.

O Governo tem promovido uma série de ajustes mas, ao mesmo tempo, tem proposto e conseguido, com a aprovação da Assembléia Legislativa, criar novos cargos, alguns inclusive comissionados. Isso não é um paradoxo? Não há um conflito entre as demais secretarias e a Fazenda?

Essas decisões passam por um conjunto de opiniões e pelo crivo de várias pessoas. No caso dos delegados, por exemplo, o governador sempre teve a gentileza, desde o início, de me envolver na discussão. Nós fizemos, inclusive, os estudos do impacto financeiro. Ao mesmo tempo que temos a preocupação com o ajuste fiscal nós sabemos que ele tem que ser feito dentro de nossa realidade.

Se num determinado momento é importante para o Governo fazer esse tipo de absorção, como é o caso dos delega-

dos, e numa área crítica como a da Segurança Pública, tentamos encaixar, sempre que possível, fazendo concessões. Aumenta um pouquinho daqui, mas diminui um pouquinho dali.

Quanto aos novos cargos que a Assembléia votou, tudo passou por nós. Ao mesmo tempo que temos a preocupação de diminuir os gastos, temos também a preocupação com a qualidade. Não adianta diminuir demais porque daqui a pouco o Estado vai 'colapsar' de novo. Por outro lado é preciso enfrentar a questão do salá-

QUEM É ELE

De diplomata a secretário

O "xerife" das finanças estaduais é um diplomata de carreira que já percorreu vários países em missões oficiais, entre eles Moçambique, Filipinas, Emirados Árabes, Chile, Estados Unidos, Canadá. Primeiro classificado no vestibular para o Instituto Rio Branco, em 1980, ele cursou ainda Direito e Relações Internacionais, na Universidade de Brasília (UnB), e fez mestrado em Políticas Públicas Internacionais, na John Hopkins University, nos Estados Unidos. Foi chefe de gabinete do Ministério da Fazenda e assessor dos ministros Marcílio Marques Moreira e Pedro Malan. Trabalhou muitos anos no Itamaraty e na Embaixada do Brasil, em Washington. Casado com Mônica Chiabai da Fonseca, tem dois filhos, e 39 anos. Foi eleito deputado federal em 1998, na primeira eleição que disputou.

cas, que é normal e faz parte da tradição, mas aqui não há indicação. Eu trabalhei no Ministério da Fazenda e lá também não há indicações. Quem sabe da equipe aqui sou eu e os meus dois subsecretários, que eu trouxe, e a quem também dei carta branca.

O senhor permanece na Fazenda ou deixa o cargo para disputar as eleições municipais?

Se fico ou não na secretaria, por enquanto, é uma questão entre o governador e eu. Ele foi sábio ao dizer que havia um secretariado para o primeiro tempo, e a sociedade capixaba está vendo que não é uma tarefa fácil. De minha parte, estou me esforçando, com muito mais ênfase do que bônus, porque é nessa primeira fase do Governo que a gente está tendo as dificuldades, os problemas, as dores de cabeça, as incompreensões, mas acho que é o meu dever dar uma contribuição. Sei também que tenho um mandato a concluir em Brasília, do qual tenho muita honra. Também sei que não consigo assobiar e chupar cana. Nesse momento, quero ser candidato a um bom secretário da Fazenda.

Então a disputa pela Prefeitura de Vitória está descartada?

Depois que você entra na vida política partidária passa a ser menos dono da sua vida do que antes. Eu percebo que Vitória é a minha cidade, onde nasci, onde tive a maior votação. Dos meus 64 mil votos, 10 mil foram daqui. Então, tenho responsabilidade para com a minha cidade. Agora, não sou político profissional, não tenho obsessão por cargo. Nesse momento, quero pensar na (Secretaria da) Fazenda e num bom trabalho aqui. Agora quero ser ator do processo político no Estado todo e em minha cidade, nessa cidade em que fui o terceiro mais votado. Aliás, tive votação em todos os 77 municípios, o que é raro para um candidato, portanto quero ser um eleitor qualificado no processo político, no Estado todo.

Vai ser só eleitor? (risos)

O índice de rejeição de 36,5% ao seu nome, em Vitória, apontado pela pesquisa do Futura, o assusta?

Ela não é verdadeira. Eu já tenho outra pesquisa que mostra números diferentes. Essa questão da pesquisa traz embutida uma distorção, que é cientificamente explicável. Em qualquer pesquisa, quando se induz a uma resposta em termos absolutos sobre preferência fora do período eleitoral, mostra apenas o desconhecimento do eleitor.